



“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 834/2023

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA NOMENCLATURA DA FUNAD, ALTERA A REDAÇÃO DO ART.3º DA LEI ESTADUAL Nº 5.354/91, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DA FUNAD; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**Parecer pela CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE.**

– **Síntese da propositura:** A propositura visa proceder uma simples alteração na denominação do referido órgão, que passará a denominar-se Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência; Além de alterar o Regime Jurídico dos seus Servidores, que passará a seguir a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, bem como prevê que a admissão de novos servidores deverá ser feita por meio de concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para as funções de livre provimento;

– **Síntese do voto do relator:** Com relação aos aspectos constitucionais, esta relatoria se posiciona pela **admissibilidade** da proposição, pois se verifica que a matéria em discussão está de acordo com os parâmetros constitucionais e infralegais. Nesse sentido, a Constituição Paraibana é expressa ao estabelecer **competência privativa do Poder Executivo** para iniciativa de proposições que tratem sobre estruturação organizacional, bem como do **regime jurídico de servidores públicos do Estado**, nos termos do **art. 63, § 1º, inciso II, alínea ‘c’ e ‘e’**.

AUTOR (A): **Governador do Estado da Paraíba**

RELATOR (A): **Dep. Felipe Leitão**

**P A R E C E R -- Nº 470 /2023**

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei Ordinária nº 3.910/2022**, de autoria do **Governador do Estado da Paraíba**, dispondo sobre a alteração na nomenclatura da FUNAD, bem como da alteração da Lei Estadual nº 5.354/91, entre outras providências.

A propositura visa proceder uma simples alteração na denominação



*“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”*

do referido órgão, que passará a denominar-se Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência. Além disso, visa alterar o Regime Jurídico dos seus Servidores, que passará a seguir a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, bem como prevê que a admissão de novos servidores deverá ser feita por meio de concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para as funções de livre provimento.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



*"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"*

## II - VOTO DO RELATOR

Como justificativa, sua Excelência argumenta que a medida decorre da necessidade de atualização e regularização do regime jurídico do órgão, em consonância com a personalidade jurídica de direito privado. Tendo em vista o atendimento da demanda da Promotoria das Fundações e Patrimônio Público, na busca por soluções para a problemática envolvendo o quadro de pessoal da FUNAD.

De início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à *Comissão de Constituição, Justiça e Redação* examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à "*constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação*".

Pois bem, com relação aos aspectos constitucionais, ressalte-se que esta relatoria se posiciona pela **admissibilidade** da proposição, pois facilmente verifica-se que a matéria em discussão está de acordo com os parâmetros constitucionais e infralegais.

Primeiramente, trata-se de propositura apresentada pelo Governador do Estado, cujo intuito consiste basicamente em proceder alterações, tanto na denominação, como no regime jurídico dos servidores públicos civis de determinado órgão público, no caso a FUNAD.

Nesse sentido, a Constituição Paraibana é expressa ao estabelecer competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciativa de proposições que tratem sobre tais matérias, nos termos do **art. 63, § 1º, inciso II, alínea 'c' e 'e'**. Vejamos o dispositivo constitucional:

*Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

**§1º São de iniciativa do Governador do Estado as leis que:**

(...);



*“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”*

*II – disponham sobre;*

*(...)*

*c) **servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos,** estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;*

*(...)*

*e) **criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.***

Além disso, entendemos que seu conteúdo insere-se nas atribuições constitucionalmente reservadas ao Poder Legislativo, por força do **art.52 caput e incisos IX e X** da Constituição Estadual:

*Art. 52. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:*  
*(...)*

***IX - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;***

*X - criação, estruturação e atribuições das **Secretarias de Estado e órgãos da** administração pública estadual;*

Assim, denota-se que a matéria atende aos pressupostos preconizados por esta Comissão Técnica, uma vez que respeita os princípios constitucionais e regimentais estabelecidos para a deliberação e iniciativa das leis.

Ademais, no que diz respeito ao mérito da propositura, também somos favoráveis ao regular trâmite da proposição, considerando que o Projeto de Lei citado contemplará os profissionais que compõem o Quadro Funcional da referida Fundação, buscando conferir a devida regularização em suas carreiras, bem como na forma de ingresso de novos profissionais.

**CONCLUSÃO:**



*“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”*

Nestas condições, pela leitura dos dispositivos e das razões supracitadas, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023**.

É como voto.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2023.



**DEP. FELIPE LEITÃO**  
**Relator**



*“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”*

### III - PARECER DA COMISSÃO

A *Comissão de Constituição, Justiça e Redação* opina, por unanimidade dos membros presentes, pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE** do Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023, nos termos do voto da relatoria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2023.

**DEP. WILSON FILHO**  
PRESIDENTE

**DEP. FELIPE LEITÃO**  
Membro

**DEP. NILSON LACERDA**  
MEMBRO

**Dep. João Gonçalves**  
MEMBRO

**DEP. CHICO MENDES**  
MEMBRO

**DEP. EDUARDO CARNEIRO**  
MEMBRO

**DEP. CÂMILA TOSCANO**  
Membro